

O COMÉRCIO DE SÃO PAULO

PROPRIEDADE DE UMA ASSOCIAÇÃO

ANNO VII

ABRIGAMENTO
ESTEREOPTICO
ESTAMPA ADAPTATIVA

S. PAULO—Quarta-feira, 16 de agosto de 1899
STEREOTYPADO E IMPRESSO EM MACHINAS ROTATIVAS DE MARINON

PUBLICAÇÕES
Assentos, 1000
Bancos, 1000
Baixa hora, 1000
Baixa noite, 1000
Baixa prima volta, 1000
Baixa tarde, 1000
Baixa véspera, 1000
Baixa véspera e noite, 1000
Baixa véspera e tarde, 1000

NÚMERO 1939

Edição sozinha: RUA DE S. BENTO, 35-B.
TELEPHONE - 629

A POLÍTICA ACTUAL

11 de maio de 1898, o sr. dr. Prudente de Moraes dirigiu ao Congresso Nacional um discurso sobre as medidas tomadas durante o seu governo, estabelecendo pelo decreto legislativo de 12 de novembro de 1897 e revogado pelo decreto do presidente da República de 11 de dezembro de 1897, até 31 de outubro de 1898, e depois pelo decreto de 31 de outubro de 1898, até 25 de fevereiro de 1899, que foram o inquérito e syndicato, e que permitiu sobre a conspiração contra o governo e sobre a tentativa de assassinato do presidente da República, a prisão de todos os criminosos, a detenção de todos os envolvidos na capital federal, o desarme do soldado João Cândido, dos deputados José Barbosa Lima, major Cavalcante, Antônio Marques, São Anna Nery e Joaquim Maranhão, para a ilha de Fernando de Noronha, e o general Federal, o juiz do Tribunal da Justiça, Dr. Joaquim de Oliveira, de 16 de abril de 1898, restituindo os direitos dos individuos referidos, em virtude de que o habeas corpus requerido

República em despotismo cesariano. Outro dia que aterrou a República é a convenção da força militar federal e da força policial dos Estados em agentes políticos e eleitores.

Na presente crise social, política e religiosa, produzida pelas Repúblicas, é indispensável congregar todas as forças conservadoras para reagir contra a anarchia, que ameaça arruinar completamente a sociedade.

A Igreja Católica, pela sua doutrina, pela sua tradição e interesses, acha-se vinculada ao partido da ordem; ela não pode aplaudir nenhuma revolução; pela sua evangelização, procura melhorar as condições de vida social, e pela eficácia da sua palavra, ela coopera bem da moral e do direito, sempre à sua paz, e resguarda ao poder público o seu direito.

O imperio da lei é a conservação da ordem pública.

O partido monárquico deve ser conservador e católico, mas, organizado dentro da República, deve respeitar e fazer política republicana conservadora, até que possa conseguir a revisão constitucional e decretar a Monarquia pelos meios legais.

O elemento católico é um ponto de apoio necessário à política conservadora.

S. E.

NOTAS DIVERSAS

Grandes tempos de grande treinado em teatro e cinema, quando se realizava o teatro de humorístico público da Justica do diretor de teatro, os deuses, solucionaram os desafios dos deputados. Hoje, para serem solucionados os desafios do governo, é preciso que os autores das artes sejam os deuses.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Supremo Tribunal de Justiça local apresentou um protesto contra a censura de imprensa exercida a 15 de maio, e a 16 de junho, pelo Conselho de Estado.

Os deputados paulistas solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1897, o Conselho de Estado, apesar de protesto do presidente da República, e de sua defesa, aprovou a 15 de maio, e a 16 de junho, a censura violenta.

Os deputados paulistas, solicitaram também ao Conselho para ser processado o secretário da Censura, como um dos autores das referidas censuras.

No Rio de Janeiro, em sessão de 10 de fevereiro de 1

LEME

Do correspondente, em data da 13.
Está residindo neste villa, desde o mês de abril último, o reverendo conde Angelo Alves de Assumpção.

A pesar de haver apenas 3 meses e pouco que se mudou para aqui, parece-nos que o ilustre sacerdote já mostrou doçuras de retirar-se para outra paróquia, devido ao abuso de muitos moradores do município que, esquecendo os sagrados deveres que devem ter para com a igreja, casam-se, na, querer dizer, contrariam a unica semente no cartório civil!

Não nos referimos à população da villa, que, na sua maioria, é religiosa e cumprir os mandamentos da Santa Igreja Católica, referimo-nos aos moradores das vilas, colônias etc., que só se lembram dos sacerdotes para baptizarem seus filhos.

Só se vê, dessa forma, é impossível a quem não puder acudir a esta villa, porque se das expectativas de baptismo não poderia.

Fazemos ardentes votos ao supremo Criador para que a mudança do recto, conde Angelo não se realize, porque, se contraria, só virá mal a todos, algum que aqui visto que se não mudaria outras mais do que a electricidade.

— Ésta se fazendo cada dia mais bello o jardim público que a Câmara Municipal destina, que vai consumar no largo da Matriz. Este bello melloramento devemos ao ilustrado dr. Cherdinho Soárez, agente executivo, que não tem pouquid embargo para que esta florescente villa continue sempre a sua marcha progressiva. O farárem, o emenino novo e muitos outros melioramentos que possuimos nesta villa são dignos de destaque e prestígio cidadão.

As missas e missas das famílias destas vilas e no sr. Antônio Alves, saudado com a egreja matriz quasi prompta.

Uma obra importante, que muita honra e paixões que nela tomou parte, construção muito solidá e de bello aspecto.

Parceiros-nos que, depois de feita a coberta, já podemos curir missas e assistir a outras cerimônias religiosas naquelle templo.

A Câmara Municipal prometeu concorrer, para finalizar as obras da mesma egreja, com 10 por cento dos impostos anuais que arrecada, isso por iniciativa do seu presidente, dr. Ch. Lobo. O sr. José Leme Franco também vai fazer o desvio de 6 mil telhas usadas que ali se acham.

A passagem tem sido grande, villa a expondo d. M. José, que é muito amigo dos nossos amigos Jorge, Joaquim e Valentim Holledorff, o primeiro presidente da Sociedade Doméstica desta villa.

A virtuosa senhora veio em visita a seus filhos e regressará amanhã ou depois para Rio Claro, onde reside.

Desejamos-lhe feliz viagem.

— Consta que brevemente reaparecerá nesta villa a folha local *Actualidade*, que inferiormente tem grande apelo e exerce

d. M. José, que é muito amigo dos nossos amigos Jorge, Joaquim e Valentim Holledorff, o primeiro presidente da Sociedade Doméstica desta villa.

Mil parabéns ao distinto e talentoso moço Jorge Vitorino da Silva, proprietário e diretor do referido organo de publicidade.

— ARACAJU

Em sessão extraordinária, a Câmara Municipal dessa cidade deliberou, a 12 do corrente, reduzir o número de seus funcionários e suas respectivas ordens.

— S. JÓIA DE BOA VISTA

Tendo-se dado em alguns pontos dessa vila, vários casos de peste dos suínos, o intendente municipal decretou proibir a venda de carne, em fumadas de ervas que não tenham sido abatidos no matadouro local.

— Estão quase concluídas as obras da ponte sobre o correjo de S. João, um dia de meados de setembro.

— O sr. Amos L. Paul, norueguês residente nesse município, que é proprietário de uma plantação de café-chile, obedeceu, para não os excessos agronómicos que já sofreu um certo, foi levado para uma máquina especial, feita pelo mesmo dr. Post, onde elá 6 alemães, comprimida e os seus fardos, como os que nos vêm do Rio da Prata, havendo sómente a necessidade de prender o arame.

Toda a sifia produzida pelo dr. Post é vendida em S. João de Boa Vista e será vendida a folha local *Actualidade*, porque, além de mais barata, é melhor do que a que nos vem de Aracaju, de onde só no anno passado importaram de alí 22.600.000 de réis!!!

— JUNDIAÍ

De 5 a 12 do corrente, foram dados a registro no respectivo cartório, nessa cidade, 19 nascimentos, 2 casamentos e 8 óbitos.

— Durante o mês passado, foi o seguinte o movimento da agência do correio dessa cidade:

Rebole—Emissão de valas... 4.151.520
Carta do Correio Geral... 1.790.000
Sellos do papel... 1.534.110
Importo sobre os selos, R\$ 100.000

— * * * * 1.820.600

Despesa—Valas pagas... 5.187.200
Vestimenta no postos... 750.000
Despesas diversas... 12.000

Sellos... * * * * 1.47.750.00

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

— * * * * 8.360.000

